PROJECTO ESSE

AUTO-AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS
EM TREZE PAÍSES OU REGIÕES
DA EUROPA

FICHA TÉCNICA

Título

Auto-avaliação das escolas em treze países ou regiões da Europa

Autoria

SICI – The Standing International Conference of Inspectorates

Título original

Self-evaluation in thirteen countries

Tradução

Helder Guerreiro

Edição

Inspecção-Geral da Educação (IGE)

Av. 24 de Julho, 136

1350-346 LISBOA

Telf.: 213 92 48 00

Fax: 213 92 49 60

E-mail: ige@ige.min-edu.pt

URL: <http://www.ige.min-edu.pt>

Coordenação editorial, copidesque, design gráfico, revisão tipográfica e divulgação

IGE – Gabinete de Planeamento, Documentação e Formação (GPDF)

Impressão e acabamento

Abril 2007

Índice

Introdução	5
Enquadramento legal da auto-avaliação	6
1 Auto-avaliação obrigatória	6
2 Auto-avaliação não obrigatória mas fortemente incentivada	7
3 Auto-avaliação voluntária	8
Tendências principais	9
Predomínio da auto-avaliação e das boas práticas	9
Comparação com valores de referência	10
a) Valores de referência disponíveis	10
b) Valores de referência indisponíveis	14
Tendências principais	14
O que avaliam as escolas? A necessidade de indicadores, padrões, critérios e quadros conceptuais	15
a) Modelos da Inspeção para avaliação das escolas	15
b) Modelo desenvolvido no contexto de um projecto	16
c) Orientações nacionais/critérios obrigatórios	16
d) Sem modelo	17
Áreas-chave comuns e indicadores nos modelos utilizados pelas escolas nos diferentes países ou regiões	17
Modelos alternativos	18
Métodos utilizados para recolher informação	19
Tendências principais	20
Parceiros no processo de auto-avaliação da escola	21
Tendências principais	21
Relatórios de auto-avaliação das escolas	22
a) Relatórios obrigatórios incluindo resultados da auto-avaliação	22
b) Relatórios de resultados da auto-avaliação como início da meta-avaliação (avaliação da qualidade e eficácia da auto-avaliação)	23
c) Relatórios que se destinam às inspecções mas sem fins de meta-avaliação	23
d) Relatório interno para os parceiros relevantes dentro da escola, incluindo os pais	24
e) Folhetos e brochuras, dossiers informativos sobre a escola para o público em geral	24
Tendências principais	25

Articulação entre os resultados da auto-avaliação e o planeamento escolar	25
Papel da inspecção	27
1 A inspecção dá apoio, conselho e orientação	28
2 A inspecção proporciona uma matriz	28
3 A inspecção tem um compromisso de complementaridade das avaliações interna e externa	29
4 A inspecção promove ou estimula a auto-avaliação da escola	29
5 Outras funções das inspecções	29
Tendências principais	29
Funções semelhantes noutras organizações	30
Inspeção externa sobre a qualidade/eficácia do processo de auto-avaliação da escola	30
Utilização dos resultados da auto-avaliação nas inspecções externas	31
Relatório da inspecção sobre a qualidade da auto-avaliação da escola	32
Orientação	33
O enfoque da orientação transmitida	34
Quem transmite orientações?	34
Como se transmite a orientação	37

Introdução

A análise apresentada neste relatório baseia-se num questionário sobre o estado actual do desenvolvimento da avaliação de escolas, em 13 países ou regiões europeias que participam activamente no projecto sobre a auto-avaliação eficaz das escolas (ESSE), conduzido pela SICI. Nesta fase do projecto ESSE, os países e regiões participantes são: Inglaterra (E), Escócia (Sc), Irlanda do Norte (NI), Irlanda (I), Holanda (N), Áustria (A), Republica Checa (Cz), Portugal (P), França (F), a comunidade francófona da Bélgica (B), Hessen (H), Saxónia (Sa) e Dinamarca (D).

Ao invés de outros países e regiões participantes neste projecto, a Dinamarca não possui inspecção de educação. No entanto, existe um sistema complexo de desenvolvimento da qualidade e de validação dessa qualidade, que se delineou desde o começo dos anos 60 e que conheceu um desenvolvimento mais acentuado nos anos 80 e 90. A intenção desta análise é ter em conta esses elementos do desenvolvimento e da validação da qualidade dinamarqueses que, de certa maneira, podem ser comparados com as tarefas e responsabilidades das inspecções na Europa. Portanto, o enfoque estará no papel dos conselheiros nacionais dinamarqueses.

A informação apresentada neste texto baseia-se num questionário preenchido por um ou mais respondentes em cada país ou região. Os questionários foram o ponto de partida na procura de mais informação (recorreu-se a bibliotecas, à internet, a contactos pessoais, etc.). A utilização combinada destas diferentes fontes resultou numa primeira versão de um estudo de caso, que foi devolvido aos respondentes para verificarem se a informação estava correcta e completa. Incluía questões adicionais, comentários e um novo texto, solicitando que o comentassem. Só depois a versão final foi compilada. A descrição breve da metodologia do projecto indica que a informação, em termos de qualidade e quantidade, dependeu, em larga medida (nalguns casos mais do que noutros) da informação dada pelos respondentes. Por outras palavras, esta análise não resulta de uma observação em primeira mão, na qual se pesquisasse informação no local ou se corroborasse a visão dada no questionário com uma ampla amostra de pessoas.

O questionário incidiu sobre os seguintes tópicos:

- enquadramento legal da auto-avaliação nos diferentes países ou regiões;
- prevalência da auto-avaliação da escola e da boa prática;
- valores de referência para efeitos de comparabilidade (Benchmarking);
- indicadores, padrões, critérios e quadros conceptuais para avaliar a auto-avaliação das escolas;
- áreas-chave e indicadores comuns na auto-avaliação, incluindo matrizes nacionais, utilizadas pelas escolas;
- matrizes alternativas;
- métodos utilizados para recolha de informação no contexto da auto-avaliação das escolas;
- parceiros no processo de auto-avaliação das escolas;
- relatórios das escolas sobre a auto-avaliação;
- articulação entre os resultados da auto-avaliação e o planeamento escolar;
- papel da inspecção;
- funções semelhantes de outras organizações;
- inspecção externa da qualidade/eficácia dos processos de auto-avaliação;
- utilização de resultados da auto-avaliação nas inspecções externas;
- relatórios das inspecções sobre a qualidade da auto-avaliação das escolas;
- orientações para que as escolas efectuem a auto-avaliação.

Enquadramento legal da auto-avaliação

Em relação ao enquadramento legal da auto-avaliação nos diferentes países ou regiões participantes, foram detectadas nos questionários, como se ilustra no quadro abaixo, três categorias principais:

- 1) Países ou regiões onde a auto-avaliação é obrigatória;
- 2) Países ou regiões onde a auto-avaliação não é obrigatória mas é fortemente incentivada pelas autoridades;
- 3) Países ou regiões onde as escolas são completamente livres de escolher se implementam ou não o processo de auto-avaliação.

Quadro legal	Países ou regiões														Total
	E	Sc	NI	I	N	A	Cz	P	F	B	H	Sa	D		
1 Obrigatório				x		x ¹				x			x ²	4	
2 Não obrigatório mas fortemente incentivado	x	x	x		x	x ¹			x		x			7	
completar o impresso com uma breve descrição de auto-avaliação	x	x	x											3	
produzir/integrar/avaliar o plano(neamento)/projectar e/ou determinar uma estratégia para melhorar o desenvolvimento da escola	x	x	x	x	x	x			x		x			8	
estabelecer objectivos como meio de trabalhar para a auto-avaliação e o aperfeiçoamento e monitorizar as realizações	x	x	x											3	
monitorizar e salvaguardar padrões adequados de desempenho profissional	x				x									2	
produzir relatórios sobre estes planos e actividades	x	x	x	x	x				x	x	x			8	
3 Voluntário							x	x				x	x	4	

¹ A auto-avaliação não é obrigatória na Áustria, com excepção do ensino secundário obrigatório, na Alta Áustria (*Oberösterreich*).

² A auto-avaliação não é obrigatória na Dinamarca, com excepção do ensino secundário nas escolas de gestão.

1 Auto-avaliação obrigatória

Em quatro países ou regiões, existe a obrigação formal de implementar a auto-avaliação. É o caso da Irlanda, da Alta Áustria (*Oberösterreich*), da Bélgica (Comunidade Francófona) e da Dinamarca.

Na Irlanda, a auto-avaliação é obrigatória por ser uma parte essencial do projecto educativo de escola. As escolas devem assegurar que este plano é regularmente avaliado e actualizado.

Na Alta Áustria, a auto-avaliação só é obrigatória nas escolas secundárias.

Na Comunidade Francófona da Bélgica a auto-avaliação é, indirectamente, obrigatória. Não existe uma obrigação directa de implementar a auto-avaliação, mas existe uma exigência formal de elaborar um relatório anual sobre as actividades da escola. Nesse relatório a escola deve mencionar se atingiu ou não os seus objectivos.

Por enquanto, na Dinamarca, a auto-avaliação só é obrigatória no último ciclo do ensino secundário nas escolas de gestão. Nestas escolas, os directores e os professores são obrigados, duas vezes por ano, a sondar os alunos sobre a sua apreciação no que diz respeito à qualidade do ensino nas diferentes disciplinas, à organização educacional, etc. O conteúdo da auto-avaliação é divulgado numa circular do departamento.

2 Auto-avaliação não obrigatória mas fortemente incentivada

Em sete países ou regiões a auto-avaliação não é explicitamente obrigatória por não haver obrigação formal da sua implementação, mas as escolas são fortemente incentivadas a realizar uma espécie de auto-avaliação. De facto, nalguns casos, não têm outra escolha. Em Inglaterra, na Escócia, na Irlanda do Norte, na Holanda, na França, na Áustria e em Hessen, a implementação da auto-avaliação é altamente recomendada pelas autoridades e/ou pela inspecção.

Na maioria dos países ou regiões, as escolas (ou instituições governamentais escolares) são incentivadas de diversas maneiras a realizar a auto-avaliação.

- Na Inglaterra, na Escócia, na Irlanda do Norte, na Irlanda, na Holanda, na França, na Áustria e em Hessen, as escolas devem conceber e implementar um projecto educativo de escola. Nalguns destes países ou regiões as escolas são obrigadas a avaliar o seu progresso na consecução dos objectivos do projecto educativo. Na maioria destes países ou regiões, as escolas também têm da definição uma estratégia para melhorar o seu plano educativo.

Na Inglaterra, a assembleia de escola toma decisões acerca da estratégia para melhorar o desenvolvimento da escola, através de uma análise periódica do desempenho dos alunos, do estabelecimento de objectivos, do plano de actividades e da avaliação.

Na Escócia, a auto-avaliação é indirectamente obrigatória, no contexto da apresentação anual do projecto educativo de escola. Uma nova *Lei de Bases da Educação*, de 2000, atribuiu às escolas o dever de produzir anualmente um projecto educativo. Paralelamente, pede-se à escola que avalie anualmente os seus progressos na consecução dos objectivos do plano e que, formalmente, elabore um relatório.

Na Irlanda do Norte, o *Departamento de Educação* manifestou interesse em dar continuidade à integração do plano educativo como um meio de trabalhar com vista à auto-avaliação e ao aperfeiçoamento da escola, e, a seu tempo, produzir legislação que o torne uma obrigação legal.

Desde a publicação da *Lei de Bases da Educação* Irlandesa, em 1988, o órgão de gestão da escola prepara o projecto educativo de escola e assegura a avaliação e a actualização do plano.

No ensino primário e secundário da Holanda, as escolas são, legalmente, obrigadas a desenvolver um plano escolar e a divulgá-lo através do prospecto da escola. No projecto educativo espera-se que descrevam a sua política de qualidade sobre assuntos educativos, gestão de pessoal e validação de qualidade. O prospecto da escola contém informação sobre os objectivos da escola, as suas actividades educativas e os resultados alcançados. Este documento pretende ser um registo público, que tem como propósito ajudar os pais a influenciarem a qualidade da educação.

Na Áustria, o *Curriculum 99* estipula o desenvolvimento de um *programa escolar*, que é um tipo especial de plano de desenvolvimento.

Em França, é obrigatória a elaboração de um projecto da escola que inclua ferramentas de avaliação para verificar a sua eficácia. As escolas têm de seguir as orientações que lhes são dadas para elaborar e desenvolver um projecto educativo.

Em Hessen, as escolas têm de elaborar um plano de desenvolvimento de escola, o qual deve contemplar um determinado número de assuntos.

- Na Inglaterra, na Escócia e na Irlanda do Norte, as escolas têm de completar um formulário de auto-avaliação ou uma breve descrição auto-avaliativa antes de uma inspecção.

Na Inglaterra, os directores das escolas que vão ser inspeccionadas necessitam de completar um formulário de auto-avaliação.

Na Escócia, existe uma iniciativa que estimula as escolas a publicarem os seus próprios relatórios sobre *padrões e qualidade*, os quais resumem a auditoria que efectuaram à qualidade dos seus serviços. Em muitas áreas, já todas as escolas produziram o seu primeiro relatório.

Quando uma escola da Irlanda do Norte convida a inspecção para realizar uma intervenção de validação da sua qualidade, tem de elaborar um relatório de auditoria interna, que define os procedimentos e métodos que utilizou para chegar às suas conclusões e que constitui o ponto de partida para a inspecção. Indirectamente, também a auto-avaliação é necessária devido a outras iniciativas. Por exemplo, os departamentos das disciplinas mais relevantes nas escolas com ensino pós-primário, que têm uma inspecção focalizada em duas partes, têm de elaborar uma breve descrição auto-avaliativa.

- Na Inglaterra, Escócia e Irlanda de Norte, as escolas têm de estabelecer objectivos como forma de progredir para a auto-avaliação e o aperfeiçoamento da escola e/ou para monitorizar e melhorar o desempenho dos alunos.

Em Inglaterra, o órgão de gestão da escola tem de estabelecer objectivos para melhorar, anualmente, o desempenho dos alunos e monitorizar os seus resultados.

Na Escócia, existe uma iniciativa para que cada escola estabeleça objectivos com vista a aumentar o sucesso e a frequência das aulas.

Na Irlanda do Norte, as escolas são incentivadas, devido ao compromisso do Governo na sua melhoria, a estabelecer objectivos e, em particular, a levar a cabo a auto-avaliação.

- Na Inglaterra e na Holanda, as escolas devem monitorizar e manter padrões de desempenho profissional.

Os directores ingleses são responsáveis por monitorizar e manter os padrões de desempenho profissional adequados, incluindo a avaliação regular do desempenho dos professores.

Na Holanda, os órgãos de gestão são responsáveis por assegurar a realização dos objectivos de qualidade e avaliar as medidas necessárias para melhorar essa qualidade.

- Na maioria dos países ou regiões, também se espera que as escolas elaborem, formalmente, relatórios sobre um ou mais dos aspectos mencionados.

3 Auto-avaliação voluntária

Na República Checa, em Portugal, na Dinamarca e na Saxónia, não existe a obrigação formal de implementar um processo de auto-avaliação:

Na República Checa, a auto-avaliação ainda não está implementada. As escolas estão interessadas, mas aguardam decisão ministerial, apoio e formação.

Na Saxónia, apenas algumas escolas inovadoras já efectuam a auto-avaliação. Dez escolas estão envolvidas num projecto-modelo que visa este tipo de avaliação.

Algumas escolas portuguesas efectuam a auto-avaliação, mas em regime voluntário. Neste momento, a qualidade da avaliação é um aspecto político importante em Portugal.

Na Dinamarca, em geral, não existe obrigação formal para as escolas implementarem a auto-avaliação que, presentemente, só é obrigatória no último ciclo do ensino secundário das escolas de gestão.

Tendências principais

Na maioria dos países ou regiões onde é dada cada vez mais ênfase ao planeamento do desenvolvimento e ao aperfeiçoamento da escola, ou onde estes aspectos são obrigatórios, a auto-avaliação é recomendada às escolas e aos directores.

Parcial ou indirectamente, a auto-avaliação é (dependendo do país ou da região) exigida por lei, ainda que focalizada no relato do progresso realizado em função dos objectivos de desenvolvimento definidos. Enquanto um processo mais vasto de auto-avaliação não for exigido pela lei, existe uma expectativa muito forte no sentido de que sejam as próprias escolas a desenvolvê-la.

Nalguns casos, os aspectos da auto-avaliação serão directamente controlados ou avaliados pela inspecção, pelo ministério ou, indirectamente, através de relatórios produzidos obrigatoriamente. Como consequência, muitas escolas terão algum tipo de auto-avaliação.

À excepção da Alta Áustria, da Bélgica (Comunidade Francófona), da Dinamarca (último ciclo do ensino secundário das escolas de gestão) e da Irlanda, não existe a obrigação formal de implementar um processo de auto-avaliação mas, indirectamente, as escolas são estimuladas a fazê-lo.

Nos diferentes países, existe uma variedade muito grande de procedimentos e de abordagens conducentes ao aperfeiçoamento da escola e do seu projecto educativo, os quais podem vir a estimular e dar início à auto-avaliação. Alguns dos países ou regiões estão a evoluir gradualmente para um sistema de maior obrigatoriedade nesta área.

Predomínio da auto-avaliação e das boas práticas

O questionário permitiu chegar às seguintes conclusões:

Predomínio da auto-avaliação e das boas práticas		
País ou região	Predomínio da auto-avaliação	Predomínio de 'boa' e de 'muito boa' prática
Inglaterra	60% (educação primária), 90% (educação secundária)	75%
Escócia	>90-95%	55%
Irlanda do Norte	25% (educação pós-primária)	20%
Irlanda	Não é possível fazer uma estimativa	—
Holanda	39% (ed. primária), <60% (ed. secundária), 20% (ed. vocacional)	10%
Áustria	8-10%	5%
República Checa	0%	0%
Portugal	20%	—
França	>30% (educação primária), >30% (educação secundária)	<10%
Bélgica (Fr)	100%	0%
Hessen	5%	5%
Saxónia	Não é possível fazer uma estimativa	—
Dinamarca	100% do ciclo superior do ensino secundário da escola de comércio; não é possível fazer uma estimativa para outros sectores da escola	—

Na maioria dos países ou regiões, a auto-avaliação sistemática ainda está numa fase embrionária.

Comparação com valores de referência (*benchmarking*)

Valores de referência	Países ou regiões													
	E	Sc	NI	I	N	A	Cz	P	F	B	H	Sa	D	Total
1 Provisão de valores de referência	x	x	x	x	x		x	x	x	x		x	x	11
valores de referência nacionais sobre o desempenho	x	x	x		x		x	x	x	x		x	x	11
indicadores nacionais de valor-acrescentado	x	x							x					3
valores de referência nacionais sobre o currículo		x		x								x		3
indicadores quantitativos (simples) a nível nacional	x	x	x				x	x	x				x	7
dados do relatório anual da inspeção sobre o estado do sistema educativo	x	x			x		x			x				5
outros dados	x	x				x							x	4
2 Valores de referência não disponíveis						x					x			2
os valores de referência são essenciais para a auto-avaliação?	x	x	x	0	x	0	0	0	x	x	0	0	0	6

a) Valores de referência disponíveis

Na maioria dos países ou regiões, 11, os organismos nacionais ou regionais ou outras organizações fornecem regularmente às escolas dados de referência, que as ajudem a comparar o seu desempenho com o de outras escolas e a estabelecer objectivos de melhoria adequados.

Abordaremos, inicialmente, o tipo de dados de referência disponíveis nestes 11 países ou regiões:

Valores nacionais de referência sobre o desempenho

Esta informação permite que as escolas comparem os seus resultados com os resultados nacionais recentes e com os dados nacionais de anos anteriores. Reúnem-se os resultados de escolas com características semelhantes numa tabela que mostra a variedade dos desempenhos das escolas agrupadas, por exemplo, a partir das refeições escolares gratuitas ou do sucesso escolar anterior dos alunos. São fornecidos valores nacionais de referência sobre o desempenho em Inglaterra, na Escócia, na Irlanda do Norte, na Irlanda, na Holanda, em Portugal, na França, na Bélgica (Comunidade Francófona), na República Checa e na Saxónia.

Para ajudar as escolas inglesas a estabelecer metas e proporcionar uma base para comparações do desempenho e de auto-avaliação através da observação dos resultados da escola e dos alunos, o *Department for Education and Skills* (DfES), o OFSTED e a *Qualifications and Curriculum Authority* (QCA) produzem anualmente, em conjunto, um *Dossier de Outono* com informações para cada escola sobre o desempenho dos alunos¹. Este dossier também fornece valores de referência sobre o desempenho. As escolas são incentivadas a publicar informação sobre o contexto educativo que explica a sua posição nas tabelas. Olhando para o desempenho da escola desta forma, os gestores têm uma visão mais global desse desempenho, o que os ajudará na auto-avaliação e no estabelecimento de metas. O *Dossier de Outono* também contém um sumário nacional com dados sobre os resultados², recolhidos pela *Qualifications and Curriculum Authority* (QCA), o que dá uma visão global dos resultados dos alunos no teste nacional e nos exames. Além disso, os

1 N.T. – *Autumn Package of Pupil Performance Information*, no original

2 N.T. – Designado por *National Summary Results Data*, no original

relatórios de desempenho e avaliação (relatórios PANDA), que também fazem parte do *Dossier de Outono*, são elaborados anualmente pelo OFSTED para cada escola. O dossier de dados, que é único para cada escola, é construído a partir dos resultados da inspecção, do desempenho nos testes e exames e dos resultados da avaliação dos professores, contextualizando, ainda, a escola face ao ambiente socioeconómico.

Na Holanda, fornecem-se os resultados dos testes nacionais comparados com o nível nacional. Elabora-se um *Cartão Anual de Qualidade* para as escolas secundárias, contendo os resultados dos exames, os resultados das escolas e os valores de referência.

Na Escócia, a Agência Nacional de Exames (SQA) fornece dados nacionais sobre todos os exames públicos efectuados a partir dos 14 anos. O governo escocês fornece a cada escola secundária uma análise detalhada dos resultados dos seus exames, mostrando como estes se comparam com o desempenho das outras escolas a nível nacional. Nos primeiros anos de escolaridade (dos 5 aos 14 anos), o governo dá informação de retorno às escolas sobre indicadores abrangentes, mostrando a percentagem de alunos que atingem os valores nacionais na leitura, escrita e matemática. São facultadas médias nacionais e locais. Adicionalmente, o executivo acompanha o estudo de amostras para verificar o sucesso em áreas disciplinares específicas, ciclicamente, e faculta os resultados desta avaliação às escolas, mais uma vez dando uma visão nacional sobre o desempenho. Através da *Iniciativa para a Definição de Metas*³, o executivo escocês dotou as escolas com valores de referência sobre o sucesso escolar, o que lhes permite comparar os seus resultados com os de outras escolas com características semelhantes.

Na Irlanda do Norte, são fornecidos anualmente às escolas do ensino pós-primário (através de um sistema informatizado da administração local das escolas, conhecido por CLASS), uma variedade de dados, como, por exemplo, o seu desempenho nos exames públicos (dos 16 aos 18 anos), em oposição a outras escolas com as mesmas características gerais. O Departamento de Educação tem enviado às escolas dados comparativos sobre os resultados de avaliação (resultados do final de curso). Os dados incluem regras que ponderam o tipo de escola, as carências sociais, a dimensão e o momento. É face a estes dados que cada escola deve reflectir sobre o seu desempenho e estabelecer metas para o futuro.

Na Irlanda, os dados nacionais de referência a nível do ensino primário estão confinados aos resultados de pesquisas nacionais regulares – sobre o sucesso dos alunos em Inglês, Leitura e Matemática – promovidas pelo Departamento de Educação e Ciência. A maioria das escolas utiliza uma variedade de testes padronizados, disponibilizados por reputadas instituições educativas nacionais, face aos quais se mede o desempenho dos alunos. No nível secundário, o Departamento de Educação e Ciência analisa e publica, anualmente, resultados dos exames públicos. Isto permite às escolas comparar os resultados alcançados pelos seus alunos com as normas nacionais.

Em Portugal, são fornecidos a todas as escolas, regularmente, dados com valores de referência sobre os resultados das provas aferidas e dos exames nacionais. A inspecção faculta, igualmente, às escolas inspeccionadas num dado ano, valores de referência sobre o desempenho dos alunos.

Em França, a nível nacional, a Direcção de Programação e do Desenvolvimento⁴ transmite às escolas dados sobre testes nacionais a vários níveis escolares e resultados de exames nacionais.

Na Comunidade Francófona da Bélgica, faculta-se uma síntese dos resultados nacionais dos testes e exames. Anualmente efectuam-se estatísticas sobre os resultados e o desempenho dos alunos em todas as disciplinas, para todas as turmas e graus. Estas estatísticas baseiam-se em exames organizados pelas próprias escolas. Esta informação permite-lhes comparar os seus resultados com

3 N.T. – *Target Setting Initiative*, no original.

4 N.T. – *Direction de la Programmation et du Développement*.

os resultados nacionais e regionais mais recentes e com dados de anos anteriores.

Na Saxónia, são fornecidos os resultados de testes e de exames centrais da *Mittelschule* (3.º ciclo) e *Gymnasium* (ensino secundário). Actualmente, discute-se a possibilidade de comparar o desempenho dos alunos no 3.º ciclo e no secundário em disciplinas-chave (Alemão, Matemática e/ou Inglês).

Os totais dos resultados dos exames nacionais dinamarqueses são publicados num todo e por disciplinas, mas não são publicados para as escolas individualmente.

Na República Checa, não existem exames finais estaduais ou testes nacionais. Só o exame no final do ensino secundário é obrigatório, mas as escolas são as responsáveis pela preparação deste exame. As escolas são livres de comprar testes a empresas privadas. Estas empresas oferecem uma espécie de dados de referência nacionais e dados de referência para escolas semelhantes. Porém, estes dados são baseados apenas nos resultados da amostra de escolas que compraram os seus testes.

Indicadores nacionais de valor-acrescentado

Os indicadores de valor acrescentado são indicadores quantitativos, utilizados para avaliar o desempenho dos alunos, em comparação com as expectativas baseadas no seu meio ou nos resultados anteriores. Trata-se de uma indicação do progresso relativo que os alunos tiveram. O valor acrescentado evidencia o progresso de um indivíduo ou grupo, comparado com o progresso médio de alunos em situações similares.

As escolas podem utilizar esta informação para avaliar o desempenho dos seus alunos, em comparação com alunos cujos resultados escolares iniciais sejam idênticos a nível nacional. Também podem utilizar a informação para analisar o desempenho de diferentes turmas ou grupos de alunos (por exemplo, rapazes, minorias étnicas, crianças com necessidades educativas especiais), bem como o desempenho de uma coorte inteira. Estes indicadores são fornecidos em Inglaterra (como parte do Dossier de Outono), na Escócia e na França.

Valores nacionais de referência sobre o currículo

Na Irlanda, na Escócia e na Saxónia são disponibilizados dados nacionais de referência sobre o currículo.

Na Irlanda, os relatórios das Avaliações Nacionais desenvolvidas pelas inspecções, sobre aspectos particulares dos programas curriculares nas escolas, são publicados pelo Departamento de Educação e Ciência. Estes relatórios fornecem às escolas informação útil e dados sobre os objectivos curriculares alcançados a nível nacional.

Na Escócia, as orientações sobre a parcela de tempo a ser gasta em cada área curricular são publicadas, mas nenhum dado escolar individual sobre este assunto é recolhido a nível nacional.

A Saxónia elabora dados de referência sobre a análise do currículo para o ensino secundário.

Indicadores quantitativos (simples) a nível nacional

Os indicadores quantitativos a nível nacional, como, por exemplo, a média dos custos escolares, a taxa de frequência, o rácio aluno-professor, são fornecidos na Escócia, na Inglaterra, na Irlanda do Norte, na República Checa, em Portugal e em França.

Em França, a Direcção da Programação e do Desenvolvimento transmite às escolas dados, a nível

nacional, sobre o número de alunos, as taxas de retenção e de conclusão, o rácio aluno-professor, o tempo necessário para completar um ciclo e, também, a proporção de estudantes que prosseguem estudos.

Na Escócia, o executivo publica taxas de frequência da escola quer nacionais, quer da área da autoridade local de educação, e publica dados sobre taxas de frequência de cada escola escocesa. A média dos custos escolares (custos correntes por aluno) também é publicada para cada escola, em comparação com as médias locais e nacionais, bem como o destino dos alunos que acabam a escolaridade, mostrando a percentagem de alunos que entram na universidade, prosseguem estudos, fazem formação em contexto de trabalho, etc.

Em Inglaterra, o *Relatório Síntese dos Dados Nacionais* (NSDR) contém orientações e uma vasta informação recolhida a partir de resultados da inspecção, permitindo comparações tais como rácio aluno-professor, custos por unidade, padrões dos pontos fortes e fracos nas escolas, a nível nacional.

Na República Checa, o Instituto para a Informação na Educação, uma organização ministerial, é responsável por recolher e processar todos os tipos de dados relativos à educação e publica regularmente um anuário estatístico sobre a educação.

Nos últimos três anos, o Departamento de Educação da Irlanda do Norte forneceu às escolas dados comparativos sobre a frequência escolar.

Na Dinamarca, os indicadores de educação são publicados pelo Ministério da Educação e Investigação.

Em Portugal, estão disponíveis os indicadores sobre o sucesso dos alunos, indicadores de professores (exemplo: experiência profissional), demografia escolar (ex. rácio aluno-turma), recursos (exemplo: rácio aluno-computador), e financeiros (exemplo: custo por aluno).

Dados do relatório anual da inspecção sobre o estado do sistema educativo

Em cinco países ou regiões (na Holanda, na República Checa, na Inglaterra, na Escócia e na Comunidade Francófona da Bélgica), a inspecção tem de produzir, regularmente, relatórios sobre o estado do sistema educativo (por exemplo, em cada ano ou de três em três anos). Na maior parte dos casos, este relatório baseia-se em informações recolhidas durante as inspecções efectuadas no(s) ano(s) anterior(es). Estes relatórios podem também fornecer às escolas alguns valores nacionais de referência.

Outros dados

Alguns países ou regiões também fornecem outros tipos de dados de referência. Este é, por exemplo, o caso da Inglaterra, da Escócia, da Dinamarca e da Áustria.

Em Inglaterra, os resultados da avaliação dos professores ao nível do sistema são fornecidos pelo QCA.

Na Escócia, são publicadas as taxas de exclusão, mas somente ao nível de autoridade local e não das escolas individuais.

Na Áustria, os dados regionais de insucesso são reunidos duas vezes por ano e comunicados aos professores e directores.

Na Dinamarca, as escolas podem candidatar-se à participação no *programa de desenvolvimento* do Ministério da Educação. As escolas participantes neste programa são obrigadas a preparar relatórios sobre o seu processo de auto-avaliação. O ministério publica os resultados das escolas, com vista a incentivar outras escolas.

b) Valores de referência indisponíveis

Valores de referência efectivamente nacionais não estão disponíveis (ou estão, mas somente em pequena escala) na Áustria, na República Checa e em Hessen.

Na Áustria, não existem dados de âmbito nacional disponíveis, mas apenas de algumas regiões. Na República Checa, existem apenas indicadores quantitativos nacionais simples, mas não valores de referência oficiais sobre o desempenho. Porém, existe um plano de criação de um centro para avaliar e monitorizar a educação, que provavelmente assumirá a função de produzir dados nacionais de referência.

Hessen não possui nenhum destes procedimentos.

Os valores de referência são essenciais para a auto-avaliação?

Na maioria dos países ou regiões que facultam valores de referência, estes dados são considerados como um elemento básico da auto-avaliação da escola, especialmente com vista à análise do sucesso escolar. As escolas ou as suas direcções são convidadas a utilizar os dados nacionais para avaliar o seu desempenho e para definir os seus objectivos. Os valores de referência proporcionam-lhes uma estrutura mínima de pontos de referência externos.

Em alguns países ou regiões, não existem dados relevantes suficientes para produzir dados de referência e a comparação não é considerada essencial no seu processo de auto-avaliação. Este é o caso de países como a Áustria e a República Checa.

Na Irlanda, em Portugal, na Dinamarca e na Saxónia, apesar de existirem valores de referência, estes ainda não são considerados uma parte essencial da auto-avaliação das escolas.

Tendências principais

Podemos concluir que os países que realizam exames a nível nacional facultam, na maioria dos casos, muita informação às escolas e/ou a outros parceiros, sob a forma de valores de referência. Estes dados são mais ou menos exaustivos. Na maioria dos países são considerados como parte essencial da auto-avaliação das escolas, especialmente no que diz respeito à análise do sucesso. A maior parte dos dados estão relacionados com o desempenho das escolas secundárias que, geralmente, possuem mais experiência e maior perícia em analisar dados do sucesso das escolas.

Verifica-se sobretudo que, quanto mais a auto-avaliação está incorporada na totalidade do sistema de avaliação da região ou país e quanto mais os resultados do sucesso escolar estão disponíveis a nível nacional, mais valores de referência são utilizados a nível da escola.

O que avaliam as escolas? A necessidade de indicadores, de padrões e critérios e de quadros conceptuais

Nesta secção analisa-se a existência de um acordo nacional, ou a promoção de um modelo onde constam indicadores, padrões, e/ou critérios disponíveis em cada um dos países ou regiões.

	País/região													Total
	E	Sc	NI	I	N	Cz	P	A	H	F	B	Sa	D	
Modelo da inspecção	x	x	x	x	x	x	x						x	8
Modelo para um projecto								x	x					2
Orientações nacionais /critérios obrigatórios										x	x			2
Sem modelo												x		1

a) Modelos da inspecção para avaliação das escolas

Na maioria dos países ou regiões, os modelos actuais das inspecções para avaliação de escolas são, ou podem ser, utilizados pelas escolas na sua auto-avaliação. É o caso da Inglaterra, da Escócia, da Irlanda do Norte, da Irlanda, da Holanda, da República Checa e de Portugal.

A Inspeção da Irlanda do Norte introduziu indicadores de qualidade no modelo da inspecção *Avaliando escolas* e nos documentos complementares. Estes indicadores podem ser utilizados pelas escolas para fins de auto-avaliação, mas a sua utilização é opcional.

Em Portugal, a inspecção está a implementar avaliações externas das escolas baseadas num conjunto de critérios e indicadores. Sugere-se às escolas a utilização deste modelo da inspecção, as suas ferramentas e os seus roteiros em futuras auto-avaliações. Porém, as escolas têm liberdade de escolher o seu próprio modelo para a auto-avaliação.

A Inspeção de Sua Majestade (HMI) desenvolveu na Escócia um modelo de avaliação que consiste em 33 indicadores de qualidade – o instrumento *How good is our school* – e que pode ser utilizado em diferentes contextos, como a avaliação externa da Inspeção ou a auto-avaliação da escola. A utilização deste modelo não é obrigatória, mas é apoiada pelas Autoridades Locais de Educação e por escolas independentes.

Em Inglaterra, as escolas podem utilizar o modelo da inspecção, que compreende critérios nacionais de qualidade, para monitorizar o seu próprio desempenho. Os *Manuais para a inspecção de escolas* incluem orientações para as escolas utilizarem o *Programa de avaliação das inspecções das escolas* na auto-avaliação. A utilização do modelo da inspecção é fortemente incentivada pelo DfES, OFSTED e pelas Autoridades Locais de Educação.

Actualmente, são desenvolvidos e utilizados pela Inspeção irlandesa *Critérios de Avaliação* no âmbito das inspecções escolares na educação primária e na avaliação externa dos programas e iniciativas curriculares. As escolas são incentivadas a utilizar estes critérios na auto-avaliação. Os *Critérios de Avaliação* também foram desenvolvidos para a avaliação externa das escolas pela inspecção como parte do desenvolvimento da *Avaliação global de escola* (WSE), como projecto piloto. Embora o plano para introduzir o modelo WSE nos níveis de educação primário e secundário ainda esteja incompleto, pretende-se publicar e divulgar estes critérios como padrões de qualidade para as escolas num futuro próximo como recurso de auto-avaliação. A utilização dos

critérios de avaliação WSE, como base da auto-avaliação, é opcional.

Na Holanda, o actual modelo de inspecção está, cada vez mais, a ser utilizado pelas escolas como guia para a sua auto-avaliação. A utilização deste modelo não é obrigatória.

A Inspeção da República Checa tem um modelo para as inspecções das escolas que contém vários indicadores de qualidade. Este modelo está publicado e disponível para todas as escolas. A sua utilização na auto-avaliação é opcional. Recentemente, o Ministério de Educação publicou o *Livro Branco do Programa Nacional de Desenvolvimento da Educação*⁵. Este documento tem a aprovação do Parlamento, mas a sua implementação depende do novo governo. Uma das ideias do *Livro Branco* é promover o uso do modelo da inspecção na auto-avaliação das escolas.

Na Dinamarca, a brochura *Boa prática: sinais de qualidade nas escolas secundárias*⁶ descreve os critérios desenvolvidos e utilizados pelos conselheiros nacionais na análise das escolas. A brochura evita cuidadosamente as palavras critério ou indicador, mas está a ser utilizada cada vez mais como uma lista de indicadores de desempenho. Contudo, o termo utilizado na brochura é *senal de qualidade*. Estes sinais descrevem o entendimento partilhado, sobretudo tácito, daquilo que constitui, neste nível, o ensino e a aprendizagem eficazes na Dinamarca. As escolas podem utilizar este modelo para monitorizar o seu próprio desempenho. Neste momento, estão a ser desenvolvidos critérios de qualidade que podem ser utilizados especificamente na auto-avaliação.

Podemos concluir que, em muitos destes países, a utilização do modelo de inspecção existente não é obrigatório, mas nalguns casos é fortemente incentivado, designadamente pelo governo.

b) Modelo desenvolvido no contexto de um projecto

Em dois casos (Áustria e Hessen), está a ser desenvolvido um modelo de auto-avaliação no contexto de um projecto, estimulando a implementação do plano de desenvolvimento ou da auto-avaliação.

Na Áustria, ainda não existem padrões nacionais ou regionais, mas um departamento do Ministério Federal da Educação e Assuntos Culturais desenvolveu um número de áreas de qualidade e de indicadores para as escolas participantes no projecto *Qualidade na escola (QIS)*⁷. A utilização dos indicadores do QIS é opcional.

Hessen está a desenvolver uma matriz de indicadores como, por exemplo no contexto do projecto Sócrates, *Quality partnership of regions*. A utilização dos indicadores com origem em qualquer fonte é opcional para as escolas.

c) Orientações nacionais/critérios obrigatórios

Em França e na Comunidade Francófona da Bélgica, existem orientações nacionais e/ou critérios obrigatórios relacionados com a auto-avaliação.

A França tem algumas orientações nacionais para construir os projectos de desenvolvimento da escola (projecto educativo de escola), incluindo a avaliação destes projectos. A utilização destas orientações é obrigatória, mas as escolas podem seleccionar os indicadores pertinentes para o seu projecto e acrescentar os seus próprios indicadores.

Na Comunidade Francófona da Bélgica, as escolas devem elaborar relatórios sobre a qualidade, com base em 13 critérios estipulados por lei, que se aplicam a todas as escolas primárias e secundárias.

5 N.T. – *National Program of Education Development*, no original.

6 N.T. – *Good practice: Signs of quality in Upper Secondary Schools*, no original.

7 N.T. – *Quality in School*, no original.

d) Sem modelo

A Saxónia não possui, até ao momento, um verdadeiro modelo, nem indicadores ou critérios de qualidade. No seu projecto-piloto de auto-avaliação, as 10 escolas envolvidas podem escolher os seus próprios critérios e indicadores para auto-avaliação.

Áreas-chave comuns e indicadores nos modelos utilizados pelas escolas nos diferentes países ou regiões

Analísámos as áreas-chave e indicadores nos diferentes modelos (na sua maioria com origem nas inspecções) de acordo com o quadro conceptual que foi desenvolvido por Deketelaere e discutido na oficina de formação da SICI (Deketelaere, 1999)⁸.

Observando a tabela reparamos que:

- Na área-chave *processos de ensino-aprendizagem* são utilizados, frequentemente, os seguintes indicadores:
 - ensino e aprendizagem;
 - apoio e orientação;
 - clima e/ou carácter;
 - currículo.
- Na área-chave *processos de gestão* são mais frequentemente mencionados os indicadores:
 - gestão (que, muitas vezes, também abrange a auto-avaliação e aspectos organizacionais);
 - relações com os pais e com a comunidade.
- Na área-chave *output*, o indicador *resultados e sucesso dos alunos* é o mais utilizado.

Áreas-chave	Indicadores	País/região										Total
		E	Sc	NI	I	N	A	P	Cz	B	D	
Processos de ensino-aprendizagem	Curriculo	x	x		x	x		x	X	x	x	8
	Ensino e aprendizagem	x	x	x	x	x	x	x	X		x	9
	Apoio e orientação	x	x	x	x	x		x	X	x	x	9
	Clima	x	x	x		x	x	x	X		x	8
	Conteúdo de temas específicos	x		x	x	x			X			5
Processos de gestão	Gestão	x	x	x	x	x	x	x	x		x	9
	Validação de qualidade		x		x	x		x	x		x	6
	Liderança	x	x					x	x		x	5
	Relação com pais e comunidade	x	x		x	x	x	x	x	x	x	9
	Planeamento escolar		x		x	x		x	x		x	6
	Comunicação interna					x		x	x		x	4
	Recursos	x	x		x	x		x	x		x	7
	Gestão de recursos humanos				x	x	x		x	x	x	6
Administração e procedimentos	x				x		x			x	4	
Output	Resultados e sucesso dos alunos	x	x	x	x	x		x	x	x	x	9
	Atitudes, valores, desenvolvimento pessoal	x	x					x	x		x	5

⁸ DEKETELAERE, Ann, *Indicators for good schools: analysis and a proposal. Relatório do workshop de 25-26 de Fev. de 1999 organizado pela inspecção de educação flamenga para a SICI.* Utrecht, SICI, 1999, 129 pp. + anexos.

Modelos alternativos

Em oito países ou regiões, as escolas são livres de utilizar modelos diferentes daqueles que são promovidos a nível nacional. Fizemos a síntese dos modelos alternativos que a seguir se reproduz.

Modelos alternativos	País/região									
	E	Sc	NI	N	A	P	H	Sa	D	Total
EFQM ⁹	x		x	x						4
<i>Investors in people</i>	x	x	x							3
<i>Charter Mark/Service first</i>	x	x	x							3
Instrumentos baseados na pesquisa			x	x	x					3
Projectos estimulantes da avaliação da qualidade da escola				x		x			x	3
ISO 9000	x									1
Observatório para a qualidade da escola						x				1
<i>How good is our school</i> ¹⁰		x					x			1
Projecto educativo de escola					x					1
Programas individuais da escola e currículo								x		1

- A alternativa mais popular de enquadramento da auto-avaliação é o *Modelo da Fundação Europeia para a Gestão de Qualidade*⁹ (modelo EFQM) também conhecido como *Modelo Europeu para a Qualidade dos Serviços*¹¹ que, em certa medida, é utilizado pelas escolas na maioria das regiões do Reino Unido, na Holanda e em Portugal. Na Irlanda do Norte, a utilização deste modelo conta com o apoio da Unidade Regional de Formação.
- Em determinadas regiões do Reino Unido, as escolas também podem obter certificações de qualidade de natureza mais específica, por exemplo, os *Investors in People*, *Charter Mark/Service first* ou ISO 9000. Em Inglaterra, as escolas são incentivadas a envolver-se nestes sistemas de qualidade pelo Departamento para a Educação e Competências. Promoveu-se um pequeno projecto de investigação sobre os benefícios destes certificados de qualidade. Um dos resultados mostrou que as escolas certificadas e as escolas a trabalhar para obter a certificação de *Investors in People* tiveram, da parte das inspecções do OFSTED, uma melhor avaliação na qualidade do ensino do que as escolas que não utilizaram os indicadores.
- Nalguns países ou regiões, as escolas são livres de utilizar instrumentos baseados na pesquisa como, por exemplo, o questionário SETAQ (desenvolvido pela Universidade de Strathclyde, Glasgow) na Irlanda do Norte; alguns instrumentos que são utilizados pelas escolas na Holanda – o Instrumento Diagnóstico para o Desenvolvimento da Escola (DIS), o Instrumento para o Diagnóstico de Escola (SAS), ou modelos de especialistas austríacos tais como Schratz e Posch.
- Em três países, as escolas utilizam matrizes e instrumentos para a auto-avaliação da escola que foram desenvolvidos no âmbito de um projecto. Em Portugal, algumas escolas utilizam o modelo do *Projecto Europeu de Avaliação da Qualidade da Escola* (denominado Qualidade XXI). Na Holanda, foram lançados diversos projectos para estimular e apoiar a implementação da auto-avaliação sistemática das escolas como, por exemplo, o projecto Q5. Este projecto é uma iniciativa de diversas direcções de escola. A rede Q5 trabalha em conjunto com várias outras organizações, tais como a inspecção, um instituto para o desenvolvimento curricular, uma associação para avaliação educacional, serviços regionais de aconselhamento das escolas e centros pedagógicos.

9 N.T. – *The Model of the European Foundation for Quality Management.*

10 *How good is our school* não é um modelo alternativo na Escócia, mas é o padrão do modelo escocês.

11 N.T. – *The European Business Excellence Model*, no original.

Na Dinamarca, as escolas podem participar no Programa de Desenvolvimento, uma iniciativa do Ministério da Educação. O Ministério da Educação publica uma compilação dos resultados das actividades de auto-avaliação das escolas participantes, de modo a influenciar outras escolas (por exemplo, inspirá-las a desenvolver o seu próprio modelo de auto-avaliação).

- Algumas escolas portuguesas utilizam o Observatório para a Qualidade da Escola.
- O modelo da Inspeção escocesa *How good is our school* também é utilizado em Hessen.
- Na Áustria, o projecto educativo de escola pode ser utilizado como uma matriz alternativa.
- Na Saxónia, as escolas podem utilizar os seus programas individuais e o currículo.

Métodos utilizados para recolher informação

As escolas podem utilizar diferentes abordagens e métodos para recolher a informação necessária ao seu processo de auto-avaliação. A tabela seguinte apresenta uma visão do método utilizado por país ou região.

Métodos	País/região														Totais	
	E	Sc	NI	I	N	A	Cz	P	F	B	H	Sa	D	Detalhe	Global	
Questionários		x	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x		12	
	país	x	x			x			x			x	x	6		
	alunos	x	x			x			x	x		x	x	7		
	funcionários		x			x			x				x	4		
Comités													x	1		
Inquéritos		x		x											2	
Entrevistas/ discussões			x	x	x	x					x		x		6	
	país		x											1		
	alunos		x										x	2		
	professores		x										x	2		
	director												x	1		
	conselheiros educacionais												x	1		
	conselheiros nacionais												x	1		
Testes			x		x		x			x		x			5	
Reuniões	funcionários		x	x							x				3	
Observação		x	x	x			x		x		x	x	x		8	
	aprendizagem e ensino	x	x				x						x	4		
Análise	de dados (estatísticos)	x	x	x	x	x		x	x	x	x				9	
	de documentos		x												1	
	de forças, desafios, oportunidades, ameaças (SCOT) ¹²				x										1	
Janela de diagnóstico				x											1	
Outros métodos					x	x									2	
Obrigatório (+) ou não (-)		-	-	-	-	-	-	-	-	+	+	-	-	-	2+	

12 N.T. – *Strengths, Challenges, Opportunities and Threats*.

Tendências principais

Esta tabela anterior permite concluir que, na maioria dos países ou regiões, as escolas utilizam uma combinação de métodos.

Os métodos utilizados na maioria dos países ou regiões são:

- questionários (aos pais, alunos, funcionários, comités da escola), em 12 países ou regiões;
- análise de dados (estatísticos), em 9 países ou regiões;
- observação (do ensino e aprendizagem), em 8 países ou regiões.

Outros métodos aplicados são as entrevistas/discussões (dos/com os pais, alunos, funcionários, conselheiros), testes ao desempenho dos alunos, reuniões de funcionários e métodos específicos de avaliação, por exemplo a janela de diagnóstico e a análise SCOT na Irlanda.

Somente na Bélgica francófona e na França os métodos utilizados para recolher informação no contexto da auto-avaliação são, parcialmente, obrigatórios.

Quando as escolas consideram a auto-avaliação como parte da cultura da escola e como um processo crescente para um debate aberto entre todos os parceiros para melhorar a escola e os resultados dos alunos, os métodos utilizados na auto-avaliação são diversos, complementares e frequentemente construídos com base na negociação (observação, documentos, questionários, reuniões com funcionários, dados estatísticos, testes, entrevistas...).

Isto pode ser ilustrado com alguns exemplos de diferentes países ou regiões:

Na Irlanda do Norte, quase todas as escolas que se sentem suficientemente seguras para pedir uma inspecção de validação da qualidade utilizaram uma combinação de métodos (entrevistas, observações, testes, questionários, reunião do pessoal...). A maioria das escolas na Irlanda do Norte considera a observação de colegas como o método mais difícil.

Na Áustria, as escolas são livres de escolher os seus métodos de auto-avaliação. Porém, os questionários são os mais utilizados. No âmbito do projecto QIS estão a ser desenvolvidos mais 15 métodos abertos de auto-avaliação. Estes estão compilados num livro que se encontra disponível na Internet.

Na Escócia, as reuniões dos funcionários com os grupos de trabalho designados para chegar a um acordo sobre o valor dos Indicadores de Desempenho (PI), em alguns ou na totalidade do conjunto de 33 PI, são uma estratégia comum para uma auditoria ampla – por vezes incentivada pela informação recolhida nos questionários preenchidos pelos funcionários, pais e/ou alunos. Para auditorias mais detalhadas, sobre aspectos específicos, é utilizada uma variedade de abordagens (entrevistas, análise de documentos e dados, etc.).

Na Irlanda, a iniciativa do projecto educativo de escola tem subjacente a ideia de as escolas utilizarem uma grande variedade de métodos. A *janela de diagnóstico*, questionários, inquéritos, entrevistas e análise de dados existentes. As escolas também são encorajadas a recorrer a relatórios de avaliação externa.

Os países ou regiões que possuem dados estatísticos disponíveis (por exemplo, resultados de testes comparados a nível nacional) utilizam-nos como método de auto-avaliação.

No contexto da auto-avaliação da escola parece ser difícil integrar a observação directa do ensino/aprendizagem na sala de aula (observação dos colegas). Por exemplo, a maioria das escolas na Escócia e na Irlanda do Norte tendem a considerar a observação dos colegas como o método mais difícil. Na Dinamarca, que tem um sistema diferente de validação da qualidade e uma forte tradição na auto-avaliação, é mais natural que os professores discutam entre si o ensino. Os professores podem assistir às aulas uns dos outros.

Parceiros no processo de auto-avaliação da escola

A tabela seguinte evidencia os diferentes parceiros que são consultados durante o processo de auto-avaliação da escola em cada país ou região.

Parceiros	País/região													Total	
	E	Sc	NI	I	N	A	Cz	P	F	B	H	Sa	D	Detalhe	Global
Gestão da escola	x	x	x	x	x		x		x	x			x		9
Direcção da escola (representantes de empresas, autoridades locais, pais, etc.)		x		x	x				x					4	
Membros da assembleia de escola	x		x											2	
Comités/conselhos da escola		x			x								x	3	
Directores (gestão da escola)				x	x		x			x			x	5	
Professores	x	x	x	x	x	x	x	x	x		x		x		11
Pais	x	x	x	x	x	x		x	x		x	x	x		11
Alunos	x	x	x	x	x	x		x	x		x	x	x	11	11
Antigos alunos						x								1	
Comunidade											x				1
Inspectores							x			x					2
Conselheiros													x		1
Obrigatório ou não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	+	+	-			2+

Tendências principais

Os parceiros mais frequentemente mencionados no processo de auto-avaliação são:

- alunos, em onze países ou regiões, incluindo antigos alunos na Áustria;
- pais, em onze países ou regiões;
- professores, em onze países ou regiões;
- gestão da escola no sentido mais vasto da palavra (assembleia de escola incluindo representantes da comunidade, empresas, os pais, etc., membros da assembleia de escola, o director da escola, comités/concelhos da escola), em nove países ou regiões.

Podemos concluir que o envolvimento dos alunos, dos pais, dos professores, dos directores e das assembleias de escola parece ser uma prática corrente.

Somente em dois países ou regiões, as escolas não possuem a liberdade de escolher os parceiros – na comunidade francófona da Bélgica e na França.

É interessante mencionar que, na República Checa e na Comunidade Francófona da Bélgica, a Inspeção é um parceiro importante no processo de auto-avaliação da escola. Na Dinamarca os conselheiros são considerados parceiros no processo de auto-avaliação da escola.

Em alguns países ou regiões os parceiros consultados variam de acordo com o objecto da auto-avaliação.

A consulta aos alunos está em fase de crescimento, mas, provavelmente, tende a ser menos sistemática e mais limitada do que a consulta aos pais e funcionários.

Relatórios de auto-avaliação das escolas

Esta tabela revela que as escolas podem produzir relatórios de tipos diferentes sobre os resultados do seu processo de auto-avaliação, tendo sido identificadas cinco categorias.

Relatórios de auto-avaliação das escolas	País/região													Total
	E	Sc	NI	I	N	A	Cz	P	F	B	H	Sa	D	
Relatórios obrigatórios incluindo resultados da auto-avaliação	x	x		x					x	x			x	6
Relatórios de resultados da auto-avaliação como início da meta-avaliação			x		x	x								3
Relatórios para a inspeção mas não para a meta-avaliação			x						x		x	x	x	5
Relatórios internos para os parceiros relevantes				x			x	x			x	x	x	6
Folhetos, brochuras, etc., sobre a escola, para o público em geral							x	x	x		x			4

a) Relatórios obrigatórios incluindo resultados da auto-avaliação

Em seis países ou regiões, as escolas devem produzir um relatório sobre os resultados da sua auto-avaliação ou um relatório mais vasto, que os inclua. Estes relatórios são obrigatórios nos seguintes países ou regiões:

- Inglaterra;
- Escócia;
- Holanda;
- Bélgica (Comunidade Francófona);
- França;
- Dinamarca.

Todas as escolas escocesas, tal como a Autoridade Local de Educação (LEA), publicam um *Relatório sobre os Padrões de Qualidade* baseado nas *auto-auditorias*. Este relatório ou o seu resumo é facultado aos funcionários, à LEA, à direcção da escola e, por vezes, aos pais. A legislação recente requer ainda que as escolas entreguem anualmente aos seus parceiros relatórios sobre o progresso da implementação do seu plano de desenvolvimento e os objectivos alcançados. Estas duas formas irão, provavelmente, articular-se no futuro.

Na Bélgica (Comunidade Francófona), as escolas devem apresentar relatórios anuais ao Ministério da Educação.

Na Holanda, as escolas são obrigadas a apresentar relatórios sobre a sua qualidade, através do plano e do prospecto de escola.

Todas as escolas inglesas têm de publicar o Relatório Anual para os membros da assembleia de escola¹³, o qual se deve basear no processo de auto-avaliação, em função das metas estabelecidas, e deve ser enviado a todos os pais.

13 N.T. – *Governors' Annual Report*, no original.

Em França, o director tem de produzir, regularmente, um relatório para a assembleia de escola, para a Inspeção, no ensino primário, e para as autoridades da academia, no ensino secundário. Na Dinamarca, as escolas de gestão do ensino secundário que participam no programa de desenvolvimento do Ministério estão obrigadas a apresentar ao Ministério da Educação relatórios dos resultados das suas actividades de auto-avaliação.

b) Relatórios de resultados da auto-avaliação como início da meta-avaliação (avaliação da qualidade e eficácia da auto-avaliação)

Os relatórios de auto-avaliação dão início à meta-avaliação em três países ou regiões:

- Irlanda do Norte;
- Áustria;
- Holanda.

Na Irlanda do Norte, a escola desenvolve uma auditoria interna e apresenta os resultados desta auditoria aos seus funcionários. Este relatório é a preparação para uma intervenção de validação da qualidade a desenvolver pela Inspeção.

Na Áustria (ainda em fase de projecto), os documentos sobre os resultados da auto-avaliação e do processo de desenvolvimento da escola são utilizados pela Inspeção na condução de uma meta-análise para verificar a qualidade destes processos. Porém, estes documentos permanecem confidenciais para as escolas singulares.

No futuro, a Inspeção da Holanda solicitará às escolas que lhe seja enviado o seu relatório de auto-avaliação. Este relatório será a base para os futuros procedimentos de supervisão. A Inspeção verificará o sistema de validação da qualidade da escola e avaliará, também, a confiança e validade dos seus resultados de auto-avaliação.

c) Relatórios que se destinam às inspecções mas sem fins de meta-avaliação

Em cinco países ou regiões, o relatório da escola sobre os resultados de auto-avaliação destina-se à Inspeção mas sem fins de meta-avaliação:

- Irlanda do Norte;
- Hessen;
- Saxónia;
- França;
- Dinamarca.

Na Saxónia e em Hessen, as inspecções utilizam esta informação para dar apoio e aconselhamento sobre os próximos passos do desenvolvimento da escola e/ou da auto-avaliação.

As escolas primárias francesas são obrigadas a apresentar os resultados da sua auto-avaliação.

Na Irlanda do Norte, as escolas preparam uma breve descrição auto-avaliativa, para inspecções sem aviso prévio e para inspecções duplamente focalizadas¹⁴.

Em cada três anos, todas as escolas secundárias de comércio dinamarquesas recebem a visita de um conselheiro nacional ou de outro membro do Departamento do Ensino Secundário. Estas visitas são obrigatórias para as escolas. Durante as visitas, os conselheiros associam a função de

14 N.T. – *Two-part focused inspections*, no original. Trata-se de uma inspeção desenvolvida no ensino pós-primário que decorre em duas fases: a primeira incide sobre todos os assuntos da escola, incluindo as estratégias de aperfeiçoamento; a segunda avalia a qualidade dos programas escolares a partir de uma amostra de temas.

controlo de qualidade (avaliação da escola) com a elaboração do suporte de desenvolvimento (desenvolvimento da escola). Antes da visita dos conselheiros a escola realiza a auto-avaliação e o grupo de aconselhamento tem uma reunião com a escola. Nesta reunião, solicita-se à escola que efectue a auto-avaliação. Cabe à escola decidir como o fazer, mas é dito que – para além de todo o género de estatísticas – são necessárias informações sobre todos os aspectos da vida escolar. Solicita-se a utilização de questionários para todos os professores, todos os alunos, pais, comités da escola, assembleia de alunos, etc. Os conselheiros têm em conta o ponto de vista da escola, que constituirá uma base de trabalho.

d) Relatório interno para os parceiros relevantes (dentro da escola, incluindo os pais)

Em seis países ou regiões, as escolas elaboram um relatório interno para os parceiros relevantes, que não é obrigatório em todos os casos:

- Irlanda;
- República Checa;
- Portugal;
- Hessen;
- Saxónia;
- Dinamarca.

Na Irlanda, os resultados da auto-avaliação são apresentados aos parceiros relevantes em reuniões, e na documentação de planeamento.

Na República Checa, as escolas que têm uma espécie de processo de auto-avaliação apresentam sobretudo os resultados aos professores e aos pais (através dos estudantes).

Em Portugal, os resultados da auto-avaliação são apresentados às pessoas envolvidas: estudantes, professores e pais.

Se uma escola de Hessen desenvolve algum de processo de auto-avaliação, apresenta-o sobretudo às pessoas que estão internamente envolvidas na actividade da escola.

Na Saxónia, os resultados da auto-avaliação são apresentados à conferência de escola constituída por pais, estudantes e professores.

Na Dinamarca, alguns professores apresentam ao director um relatório sobre a qualidade do ensino. Estes relatórios baseiam-se em observações feitas pelos alunos. Porém, na maioria dos casos, os resultados da avaliação permanecerão confidenciais entre professores e alunos. O professor utilizará estas observações como um incentivo para melhorar o seu método de ensino.

e) Folhetos, brochuras, dossiers informativos sobre a escola para o público em geral

Nalguns países ou regiões, as escolas utilizam os resultados da auto-avaliação nos seus folhetos, brochuras, dossiers informativos e noutros documentos destinados ao público em geral. É o caso de:

- Portugal;
- República Checa (através do relatório anual);
- França;
- Hessen.

Em Portugal, as escolas produzem um dossier com os resultados do processo de auto-avaliação. Algumas escolas francesas divulgam os resultados de auto-avaliação num folheto onde apresentam a escola, as suas características e os objectivos atingidos.

Em Hessen, por vezes, os resultados da auto-avaliação de uma escola são descritos em brochuras, que são distribuídas pelo Instituto Hessiano de Formação Contínua (*HeLP*).
 Todas as escolas checas têm de produzir um Relatório Anual, contendo uma descrição dos eventos e actividades organizados pela escola, ou dos eventos e actividades em que a escola participou. Muito raramente (só quando os resultados são favoráveis à escola) os resultados da auto-avaliação são incluídos neste Relatório Anual.

Tendências principais

Podemos concluir que, neste momento, o estado da divulgação de resultados da auto-avaliação é muito dispar. Por um lado, alguns países possuem uma forte tradição de prestação de contas através da publicação dos resultados das escolas, frequentemente num clima de comparação e competição. Por outro, existe uma preocupação pela sua abertura a todos os parceiros.

Outros países não têm tradição de ter em conta e de apresentar qualquer tipo de resultados das escolas e dos alunos.

Articulação entre resultados da auto-avaliação e planeamento escolar

A seguinte tabela revela que a maioria dos países acentuam a forte ligação entre auto-avaliação e aperfeiçoamento/desenvolvimento da escola.

Articulação da auto-avaliação/ planeamento/aperfeiçoamento	País/região													Total	
	E	Sc	NI	I	N	A	Cz	P	F	B	H	Sa	D	Detalhe	Global
Auto-avaliação é essencial para o planeamento do desenvolvimento, planeamento da acção, aperfeiçoamento	x	x	x	x				x	x	x	x	x	x		10
o planeamento escolar é obrigatório, a auto-avaliação voluntária	x	x									x			3	
auto-avaliação e planeamento escolar obrigatórios				x					x	x			x	4	
auto-avaliação e planeamento escolar voluntários			x					x				x		3	
As escolas escolhem se articulam a auto-avaliação e o planeamento escolar					x	x	x				x				4

a) Em dez países ou regiões a utilização dos resultados da auto-avaliação é um elemento essencial

Em dez países ou regiões, a utilização dos resultados da auto-avaliação é um elemento essencial para o projecto educativo de escola, para o planeamento da acção e seu aperfeiçoamento. Portanto, existe uma clara articulação entre planeamento (desenvolvimento) da escola e os resultados da auto-avaliação.

Em três países ou regiões, o projecto educativo de escola é obrigatório, sendo as escolas relativamente livres para implementar um processo de auto-avaliação. Porém, como nestes países ou regiões a auto-

-avaliação é considerada parte essencial do projecto educativo de escola e do seu aperfeiçoamento, as escolas não têm de facto muita escolha.

Em Inglaterra, por exemplo, a auto-avaliação não é obrigatória mas é a chave para definir os objectivos, o projecto educativo de escola e o seu aperfeiçoamento. Estabelecer objectivos é obrigatório e implicitamente requer alguma espécie de auto-avaliação. Para além disto, o *DfES* incentiva fortemente as escolas a trabalharem no seu projecto educativo e a utilizarem a auto-avaliação como chave para o aperfeiçoamento. A auto-avaliação deve conduzir a um planeamento de acção eficaz, a partir dos pontos fortes e da eliminação dos pontos fracos detectados.

Na Escócia, a auto-avaliação é um passo necessário para o projecto educativo de escola. Apenas o projecto é obrigatório. Porém, a auto-avaliação é indirectamente obrigatória no contexto do projecto educativo de escola. Este deve incorporar um sumário das necessidades de desenvolvimento prioritário que emergem das actividades de auditoria das escolas. A orientação nacional indica, claramente, esta articulação e aconselha que todos os planos de acção inseridos no plano de desenvolvimento da escola estejam correlacionados com o relatório da auditoria.

Em Hessen, o projecto educativo de escola é obrigatório mas a auto-avaliação é voluntária. Existe uma clara articulação entre os resultados da auto-avaliação (se uma escola implementou um processo de auto-avaliação) e o processo de desenvolvimento do projecto educativo de escola, visto os seus resultados serem utilizados para avaliar e aperfeiçoar este plano.

Na Irlanda, na França, na Dinamarca e na Bélgica (comunidade francófona), tanto a auto-avaliação como o planeamento do desenvolvimento da escola são obrigatórios. A auto-avaliação é, em si mesma, obrigatória por ser considerada uma ferramenta essencial para o aperfeiçoamento da escola, o planeamento estratégico e o planeamento de acção.

Na Irlanda, a auto-avaliação é um elemento inerente ao processo de planeamento da escola (*Education Act, 1998*). Assim, ambos são obrigatórios. Como a auto-avaliação é uma parte essencial do planeamento da escola, os seus resultados estão directamente articulados com o plano para o aperfeiçoamento, através de planeamento estratégico e planeamento de acção.

Em França a avaliação anual dos resultados é parte do processo do projecto da escola (tanto o projecto de escola como a auto-avaliação são obrigatórios). Os resultados da avaliação anual são a base para ajustar o projecto da escola ou para modificar o seu âmbito, se os resultados sugerirem que os objectivos são irreais.

Na Bélgica (comunidade francófona), as escolas são obrigadas a rever o seu *Projet d'établissement*¹⁵, de três em três anos, com base nos resultados da auto-avaliação.

Na Dinamarca, as escolas secundárias têm de preparar um plano sequencial baseado na auto-avaliação. Este plano sequencial contém as necessidades, as acções e os objectivos operacionais de qualidade, cujos aspectos a escola tem de contemplar num período de três anos.

Na Irlanda do Norte, em Portugal e na Saxónia, também existe uma articulação clara entre os resultados da auto-avaliação e o planeamento do desenvolvimento. Porém, as escolas são livres de implementar a auto-avaliação e/ou os processos de planeamento (de desenvolvimento) da escola.

Na Irlanda do Norte, a utilização dos resultados da auto-avaliação é essencial para o aperfeiçoamento e para o projecto educativo de escola, embora a auto-avaliação e o projecto educativo de escola sejam voluntários. Não existe obrigatoriedade, actualmente, de as escolas desenvolverem a auto-avaliação, mas as orientações do Departamento de Educação sobre a definição de objectivos e o planeamento do desenvolvimento incentivam fortemente esta prática.

Algumas escolas portuguesas utilizam os resultados da auto-avaliação (os quais são discutidos pelos funcionários) no projecto educativo de escola, especialmente para determinar as prioridades de acção. Esta é uma prática corrente nas escolas com capacidade de planeamento estratégico.

15 N.T. – Projecto Educativo: em francês no original.

Nem o planeamento da escola, nem a auto-avaliação, nem a articulação entre ambos são obrigatórios.

Embora a Saxónia considere os resultados da auto-avaliação como base para o planeamento da escola e para determinar e dar os passos seguintes para o seu desenvolvimento, as escolas são livres de implementar a auto-avaliação e/ou os processos de planeamento da escola e/ou para fazer a articulação entre estes processos.

b) Em quatro países ou regiões as escolas são livres de escolher

Em quatro países ou regiões, as escolas são livres de escolher se articulam os resultados da sua auto-avaliação com o planeamento e o aperfeiçoamento do desenvolvimento da escola. É o caso da Áustria, da República Checa, da Holanda e de Hessen onde a auto-avaliação não é obrigatória. Nestes países ou regiões, cabe à gestão da escola singular decidir se deseja articular os resultados da auto-avaliação com o (desenvolvimento do) planeamento e aperfeiçoamento da escola.

Papel da Inspeção

Na primeira fase, preparámos uma visão global exaustiva da função das inspeções¹⁶ em relação à auto-avaliação nas escolas.

Papel da Inspeção	País/região													Total
	E	Sc	NI	I	N	A	Cz	P	F	B	H	Sa	D	
Promoção, estímulo da auto-avaliação	x	x	x		x			x						5
Apoio, aconselhamento, orientação sobre a auto-avaliação	x	x	x	x	x		x				x	x	x	9
Monitorizar, apoiar o projecto educativo de escola					x	x			x		x		x	5
Inspectores como amigos críticos				x							x			2
Facultar matriz para a auto-avaliação (critério de qualidade, indicadores)	x	x	x	x	x		x	x	x				x	9
Desenvolvimento de materiais/ferramentas/manuais auto-avaliativos	x	x	x					x	x				x	6
Meta-avaliação			x		x	x								3
Compromisso de complementaridade de avaliação externa e interna	x	x	x		x	x	x							6
Atenção na auto-avaliação durante a avaliação externa	x	x	x	x	x			x					x	7
Criação de redes para discutir os resultados do projecto					x							x		2
Organização de exames										x				1

Com base na tabela anterior, produzimos uma tabela-resumo, evidenciando as tendências mais importantes.

¹⁶ Na Dinamarca, não existe inspeção, somente conselheiros nacionais. Quando utilizamos o termo *inspector* ou *inspeção* neste estudo, também consideramos os conselheiros nacionais da Dinamarca.

Papel da Inspeção	Países ou regiões													Total
	E	Sc	NI	I	N	A	Cz	P	F	B	H	Sa	D	
Promoção, estímulo da auto-avaliação	x	x	x		x			x						5
Proporcionar apoio, aconselhamento, orientação	x	x	x	x	x	x	x		x		x	x	x	11
Proporcionar matriz e material de auto-avaliação	x	x	x	x	x		x	x	x				x	9
Compromisso de complementaridade da avaliação externa e interna	x	x	x	x	x	x	x	x					x	9
Outras actividades					x					x		x		3

Uma análise do questionário revelou que as principais tarefas das inspeções são:

- dar apoio, conselho e orientação;
- facultar uma matriz para a auto-avaliação e outras ferramentas e materiais que possam ser úteis na implementação e/ou melhoria do processo de auto-avaliação;
- proporcionar um compromisso de complementaridade das avaliações interna e externa;
- promover ou estimular o processo de auto-avaliação nas escolas;
- outras actividades.

1 A Inspeção dá apoio, conselho e orientação

A maioria das inspeções apoiam a implementação e o aperfeiçoamento do processo de avaliação nas escolas. Porém, fazem-no de diferentes modos:

- Em nove países ou regiões (Inglaterra, Escócia, Irlanda do Norte, Irlanda, Holanda, República Checa, Hessen, Dinamarca e Saxónia), a inspeção apoia directamente o processo de auto-avaliação.
- Em cinco países ou regiões (Holanda, Áustria, França, Dinamarca e Hessen), é dado apoio indirecto ao processo de auto-avaliação através da monitorização e ao processo do projecto educativo de escola (o qual inclui uma espécie de auto-avaliação).
- Na Irlanda e em Hessen, a inspeção proporciona apoio, conselho e orientação agindo como um *amigo crítico*.

2 A Inspeção proporciona uma matriz

A Inspeção proporciona uma matriz com indicadores e/ou critérios de qualidade para a auto-avaliação e outras ferramentas e/ou materiais

- Nove inspeções (Inglaterra, Escócia, Irlanda do Norte, Irlanda, Holanda, República Checa, Portugal, França e Dinamarca) desenvolveram um modelo de avaliação, que também pode ser utilizado na auto-avaliação.
- Em seis países ou regiões (Inglaterra, Escócia, Irlanda do Norte, Portugal, França e Dinamarca), as inspeções também facultam outras ferramentas e materiais (por exemplo, manuais, ferramentas de auto-avaliação, etc.) para apoiar e melhorar o processo de auto-avaliação nas escolas.

3 A Inspeção tem um compromisso de complementaridade das avaliações interna e externa

- Seis inspeções (Inglaterra, Escócia, Irlanda do Norte, Holanda, Áustria e República Checa) possuem um compromisso explícito (por vezes público) de complementaridade das avaliações externa e interna.
- Em sete países ou regiões (Inglaterra, Escócia, Irlanda do Norte, Irlanda, Holanda, Portugal e Dinamarca), a Inspeção considera o processo de auto-avaliação durante a avaliação externa e/ou requer algum tipo de processo de auto-avaliação anterior à avaliação externa.
- Em três países ou regiões (Irlanda do Norte, Áustria e Holanda), a Inspeção desenvolve ou vai desenvolver uma espécie de meta-avaliação, utilizando os resultados da auto-avaliação ou o projecto educativo de escola.

4 A Inspeção promove ou estimula a auto-avaliação da escola

As inspeções de cinco países ou regiões (Inglaterra, Escócia, Irlanda do Norte, Holanda, Portugal) promovem a auto-avaliação da escola, incentivando-a e sublinhando a importância do processo de auto-avaliação para o seu aperfeiçoamento.

5 Outras funções das inspeções

- Em dois países ou regiões (Holanda e Saxónia), a Inspeção tem um papel activo e importante na construção e no suporte de redes que apoiem a implementação da auto-avaliação, por exemplo, através de um projecto. Estas redes permitem às escolas discutir entre si o seu progresso, os seus problemas, etc.
- Na Bélgica, a Inspeção da Comunidade Francófona promove a auto-avaliação da escola, organizando exames para avaliar os alunos em várias disciplinas. Analisa ainda os resultados e apresenta-os às escolas.

Tendências principais

Estes dados evidenciam que nas regiões anglo-saxónicas as inspeções desempenham um papel muito importante e activo na auto-avaliação (Irlanda do Norte, Escócia, Inglaterra); este facto pode ser ilustrado por uma síntese do papel da inspeção da Irlanda do Norte em relação à auto-avaliação. A Inspeção da Irlanda do Norte estimula a auto-avaliação:

- pelo compromisso público da complementaridade profissional da avaliação externa e interna;
- através da disponibilização de indicadores de qualidade face aos quais as escolas se podem avaliar a si próprias;
- através da promoção e utilização de formulários da inspeção que requerem algum tipo de auto-avaliação, embora elementar (nas inspeções duplamente focalizadas e no trabalho com as escolas no sentido de *Aumentar os Padrões de Escola* e a *Iniciativa do Programa de Apoio à Escola*, a inspeção sequencial auto-avaliativa e a inspeção não anunciada);
- através da oferta a todas as escolas pós-primárias de uma inspeção de validação da qualidade;
- através do desenvolvimento de materiais de auto-avaliação, que serão experimentados no ensino primário no ano seguinte.

Na procura de um equilíbrio entre avaliação externa e interna, o papel das inspeções está a ser revisto nalguns países (Irlanda, Holanda, Áustria, República Checa).

Funções semelhantes noutras organizações

Nalguns países ou regiões, existem outras organizações/instituições que desempenham um papel semelhante ao da Inspeção na promoção da auto-avaliação.

Funções semelhantes de outras organizações	País/região													Total
	E	Sc	NI	I	N	A	Cz	P	F	B	H	Sa	D	
Promoção da auto-avaliação	x	x	x		x									4
Dar apoio, aconselhamento, orientação na auto-avaliação e no projecto educativo de escola	x	x	x	x	x	x	x		x			x		9
Facultar matrizes e materiais	x				x			x						3
Compromisso de complementaridade das avaliações interna e externa					x									1

Em muitos países ou regiões, existem outras organizações, nacionais ou regionais, que desempenham um papel semelhante ao da Inspeção no apoio, no aconselhamento e na orientação da implementação do processo de auto-avaliação.

Em três países ou regiões, outras organizações facultam matrizes e/ou ferramentas para a auto-avaliação.

Na Holanda, as escolas podem solicitar a outras organizações externas (privadas) que efectuem uma avaliação externa sobre a qualidade da escola, incluindo a qualidade do processo de auto-avaliação.

A função específica da inspeção na procura de um equilíbrio entre avaliação externa e interna será explorada adiante em duas secções que analisam até que ponto as inspecções:

- realizam inspecções externas sobre a qualidade ou eficácia do processo de auto-avaliação da escola (uma espécie de meta-avaliação);
- utilizam resultados da auto-avaliação nas inspecções externas.

Inspeção externa sobre a qualidade ou eficácia do processo de auto-avaliação da escola

Inspeção externa da qualidade ou eficácia da auto-avaliação	País/região													Total
	E	Sc	NI	I	N	A	Cz	P	F	B	H	Sa	D	
Sim	x	x	x	x prim.	x				(x) Lille					6
Agora não mas provavelmente no futuro próximo				x sec.		x	x							3
Não								x	x	x	x	x	x	6

Em seis países ou regiões (Inglaterra, Escócia, Irlanda do Norte, Irlanda, Holanda e algumas academias em França), a avaliação da qualidade e/ou da eficácia do processo de auto-avaliação é parte de uma avaliação externa da Inspeção. Existem, porém, diferenças no modo como é implementada nos diferentes países ou regiões:

A inspeção de validação da qualidade e, em menor extensão, a inspeção sequencial auto-avaliativa são meios pelos quais a Inspeção da Irlanda do Norte avalia externamente a qualidade ou a eficácia do processo de auto-avaliação das escolas. Nas inspecções de validação da qualidade a Inspeção é convidada pela escola para avaliar o processo de auto-avaliação (meta-avaliação).

Dependendo dos resultados de uma intervenção inspectiva, a Inspeção pode levar a cabo uma intervenção sequencial, geral ou focalizada, para avaliar os progressos realizados, dirigida aos principais assuntos identificados no relatório. A natureza e o âmbito da inspeção não serão os mesmos para todas as escolas, mas reflectirão as conclusões da inspeção geral ou focalizada.

Em países como a Irlanda (educação primária), a Holanda e a Escócia, a auto-avaliação constitui o indicador de uma matriz de inspeção para uma inspeção global.

Em Inglaterra, as equipas de inspeção podem não emitir juízos sobre a qualidade do processo de auto-avaliação como tal, mas utilizam-na como ferramenta no processo de inspeção. De facto, a competência da escola na auto-avaliação não é apenas parte da avaliação da Eficiência e Eficácia da Gestão, mas alguns aspectos da auto-avaliação são também considerados noutros critérios (qualidade e nível de padrões, qualidade de apoio e de orientação). A matriz para a inspeção de escolas inclui critérios para avaliação da eficácia dos processos de auto-avaliação, conjugados com um número de indicadores específicos.

Em França, a Inspeção não é responsável pela avaliação da eficácia da organização da auto-avaliação da escola, excepto em algumas academias como, por exemplo, Lille.

Em três países ou regiões (Irlanda, República Checa, Áustria), não existem, actualmente, inspeções externas regulares sobre a eficácia do processo de auto-avaliação mas, provavelmente, essa será uma nova tarefa destas inspeções num futuro próximo.

A República Checa aguarda a implementação do *Livro Branco*, o qual deverá estabelecer um sistema de avaliação baseado numa metodologia conjunta que combina a avaliação externa e a interna.

A implementação do sistema de Avaliação Global da Escola irá sofrer muitas alterações, particularmente para as escolas secundárias, na Irlanda. A avaliação da qualidade da auto-avaliação será, provavelmente, um elemento da matriz da inspeção.

Na Áustria, a eficácia do processo de auto-avaliação será, provavelmente, objecto de inspeção no futuro (meta-análise).

Em cinco países ou regiões (Portugal, comunidade francófona da Bélgica, Saxónia, França e Hessen), não existe avaliação externa da qualidade e/ou da eficácia do processo da auto-avaliação.

Utilização dos resultados da auto-avaliação nas inspeções externas

Utilização dos resultados da auto-avaliação nas avaliações externas	País/região													Total
	E	Sc	NI	I	N	A	Cz	P	F	B	H	Sa	D	
Sim	x	x	x	x	x			x					x	7
Não (ou pouco frequentemente)						x	x		x	x	x	x		6

Cerca de metade dos países ou regiões (sete) utilizam os resultados da auto-avaliação na avaliação externa desenvolvida pela Inspeção. Os outros (seis) não utilizam esta informação no decurso das avaliações externas. Porém, alguns destes últimos países ou regiões utilizam estes resultados com outros fins. Por exemplo, a Inspeção da Saxónia utiliza esta informação para planear os próximos passos para o desenvolvimento da escola no seu projecto piloto. A Inspeção austríaca tenciona utilizar, no futuro, esta informação para o seu plano de acção regional.

Como é que as inspeções utilizam os resultados da auto-avaliação nas suas actividades de avaliação externa?

Na Escócia, antes do início de uma inspeção, o HMI pede à escola que lhe envie o seu plano de desenvolvimento e o seu relatório Padrões e Qualidade ou outra documentação de auditoria interna. O HMI utiliza, então, estes documentos para planear as actividades de inspeção que

testam a qualidade da avaliação que a escola fez das suas necessidades de desenvolvimento. Solicita-se, também, ao director da escola que faça uma apresentação à equipa de inspecção, no início da intervenção inspectiva, baseada numa síntese da sua avaliação dos pontos fortes e fracos da escola.

Na Holanda, a Inspeção caminha para uma supervisão proporcional das escolas, baseando o seu trabalho, tanto quanto possível, nos resultados do trabalho já desenvolvido pelas escolas, no contexto do seu sistema interno de validação da qualidade. Porém, é essencial que a equipa de inspecção esteja segura de que o sistema de validação da qualidade das escolas funciona devidamente e que fornece dados seguros sobre a qualidade actual: «*Quanto melhor for o processo de auto-avaliação e quanto melhor for a qualidade da escola, evidenciada na auto-avaliação, mais restrita será a supervisão da inspecção*».

Antes da inspecção global ou focalizada, as escolas inglesas têm de preencher alguns questionários. Para tal, é necessária uma espécie de auto-avaliação. As escolas são convidadas a apresentar os seus pontos de vista em relação a cada área de trabalho a inspeccionar. A equipa de inspecção considera os resultados da auto-avaliação da escola, partindo da informação recolhida através dos questionários (que deverão estar baseados nos resultados do processo de auto-avaliação na escola). O processo de inspecção é utilizado para analisar a percepção da própria escola. Esta informação constitui, igualmente, a base de discussão com o director.

Na Irlanda do Norte, o relatório de auditoria interna da própria escola é o ponto de partida para o processo de avaliação externa da Inspeção. A escola pode convidar a Inspeção a avaliar a eficácia dos seus procedimentos internos de validação da qualidade e a comentar a validade dos resultados.

No contexto do WSE, a Inspeção irlandesa avaliará a qualidade do planeamento da escola, a eficácia dos seus processos de auto-avaliação e os seus resultados. Um elemento da avaliação da qualidade da gestão da escola é a meta-avaliação. Os processos de auto-avaliação da própria escola e os seus resultados irão, portanto, constituir parte das provas recolhidas pela inspecção ao avaliar esta área, durante a inspecção global.

Na Inspeção portuguesa, o processo de avaliação externa da escola começa com a apresentação da escola, tendo como referência a matriz da inspecção. Este é considerado como o primeiro passo para a auto-avaliação da escola.

Antecedendo a visita dos conselheiros nacionais dinamarqueses, espera-se que as escolas realizem a auto-avaliação. As escolas devem colocar à disposição do grupo de conselheiros todo o tipo de estatísticas e outras informações sobre todos os aspectos da vida escolar. Os conselheiros identificam o ponto de vista da escola a partir desta informação, que constitui a base de discussão com o director e com outros parceiros relevantes, durante a visita à escola.

Relatório da Inspeção sobre a qualidade da auto-avaliação da escola

Relatório da Inspeção sobre a qualidade da auto-avaliação	País/região													Total
	E	Sc	NI	I	N	A	Cz	P	F	B	H	Sa	D	
Existe um relatório separado de inspecção sobre a qualidade da auto-avaliação da escola			x											1
O relatório sobre a qualidade da auto-avaliação é parte de um relatório de avaliação externa	x	x		x	x			x	x	x			x	8
Sem relatório						x	x		x		x	x		5

Em nove países ou regiões, a Inspeção, explicitamente, faz um relatório sobre a qualidade da auto-avaliação das escolas. Na maioria dos casos não existe um relatório de inspeção específico, separado, sobre este assunto, mas está integrado no relatório da avaliação decorrente de uma inspeção global ou de outro tipo de avaliação externa. Somente na Irlanda do Norte existe o exemplo de um relatório publicado separadamente sobre os resultados da Inspeção em relação à qualidade da auto-avaliação, elaborado após uma inspeção de validação de qualidade ou de uma inspeção sequencial de auto-avaliação.

Na maioria dos países ou regiões onde as inspeções elaboram relatórios sobre a qualidade das escolas em geral e/ou a qualidade da auto-avaliação das escolas em particular, estes relatórios são amplamente divulgados. Somente na Irlanda, França e Bélgica (Comunidade Francófona), os relatórios de inspeção são, actualmente, confidenciais.

Orientação

Para criar um contexto no qual a auto-avaliação da escola cresça e se desenvolva é importante o incentivo e o apoio a nível nacional. Neste contexto, será interessante considerar a actual situação nos diferentes países ou regiões em relação à orientação sobre o processo através do qual a auto-avaliação se desenvolve.

A seguinte tabela ilustra em que medida os organismos nacionais/regionais ou outras organizações transmitem orientações às escolas sobre a auto-avaliação.

Transmissão de orientações	País/região													Total
	E	Sc	NI	I	N	A	Cz	P	F	B	H	Sa	D	
Sim, mas voluntariamente	x	x	x		x	x		x		x	x	x	x	10
Sim, a orientação é obrigatória				x					x			x	x	4
Sem orientação							X							1

Na maioria dos países ou regiões são facultadas orientações voluntárias. Na Irlanda, na França, na Saxónia e na Dinamarca, a orientação é relativamente obrigatória.

Actualmente, cerca de 50% das escolas irlandesas estão formalmente envolvidas nos diferentes momentos do processo do projecto educativo de escola. Pretende-se iniciar todas as escolas no processo de planeamento da escola como parte da iniciativa SDP.

Em França, o Ministério publicou orientações para as escolas primárias e um *cahier des charges*¹⁷ para as escolas secundárias, que têm de o cumprir. Porém, as orientações não são muito específicas sobre o processo de auto-avaliação.

Na Saxónia, é transmitida orientação voluntária às escolas participantes num projecto piloto. Existe, também, formação obrigatória para os directores e inspectores, organizada pelo ministério em cooperação com a academia de formação de professores.

Na Dinamarca, a situação é bastante complexa. Por um lado, a orientação é voluntária, podendo as escolas solicitar apoio aos conselheiros nacionais ou a uma organização denominada *Department For Employment And Learning* (DEL). Se uma escola desejar iniciar um trabalho de desenvolvimento de maior envergadura, acontece frequentemente os conselheiros serem enviados para discutir os

17 N.T. – Caderno de encargos. Em francês no original.

planos da escola relativos à auto-avaliação. Como consequência da forte descentralização, está a ser cada vez mais solicitado o apoio dos conselheiros nacionais. Por outro lado, cada escola secundária de comércio recebe uma vez por ano a visita do conselheiro nacional ou de outro membro do Departamento de Ensino Secundário. Estas visitas são obrigatórias.

Só a República Checa não disponibiliza orientação, reflectindo o facto de a auto-avaliação das escolas ainda estar a dar os primeiros passos.

O enfoque da orientação transmitida

Procurámos saber qual é, mais exactamente, o enfoque da orientação.

Orientação	Países ou regiões													Total
	E	Sc	NI	I	N	A	P	F	B	H	Sa	D		
sobre a auto-avaliação/processo de auditoria	x	x	x	x	X	x		x		x	x	x	10	
sobre o projecto educativo de escola/aperfeiçoamento da escola	x	x	x	x	X	x				x	x	x	9	
sobre instrumentos de auto-avaliação	x	x		x	X	x		x		x		x	8	
sobre a recolha de provas para a auto-avaliação da escola	x	x	x	x	X	x				x			7	
sobre a utilização de indicadores de clima na auto-avaliação		x	x		X	x							4	
sobre a definição de objectivos	x	x	x										3	
sobre a análise de dados de desempenho	x	x											2	
sem informação sobre os tópicos de orientação							x		x				2	

Em países ou regiões fortemente envolvidos no processo de auto-avaliação ou que pretendem investir mais nesta área, existem várias iniciativas para apoiar as escolas, os directores e as autoridades locais sobre diferentes assuntos.

A maioria dos países ou regiões transmite orientações sobre a auto-avaliação ou o processo de auditoria interna em geral e, ainda mais especificamente, sobre a recolha de documentos para o processo de auto-avaliação e de instrumentos específicos de auto-avaliação.

A maioria dos países ou regiões transmite orientações sobre o projecto educativo de escola e/ou o aperfeiçoamento da escola.

Quatro países ou regiões (Escócia, Irlanda do Norte, Holanda e Áustria) transmitem orientações sobre a utilização de indicadores de clima, na auto-avaliação da escola. Isto significa que aconselham as escolas acerca da forma de consultar e dialogar, sistematicamente, com os pais, alunos, etc., utilizando questionários e outros métodos.

Algumas regiões anglo-saxónicas também transmitem orientações sobre o estabelecimento de objectivos e sobre a análise de dados de desempenho.

Quem transmite orientações?

Em muitos países a orientação e o apoio são dados por diferentes organismos nacionais/regionais ou outras organizações.

- O **Governo/Ministério**: na maioria dos países ou regiões, o ministério ou departamento de educação está envolvido no desenvolvimento e na transmissão de orientações às escolas.

Na Irlanda, o Departamento de Educação e Ciência distribuiu a todas as escolas o relatório referente ao projecto da UE sobre a auto-avaliação da escola 1997–1998.

Na Áustria, o Ministério Federal de Educação e Assuntos Culturais dá às autoridades provinciais formação em serviço para as ajudar no lançamento de um projecto sobre a auto-avaliação nas regiões. O ministério também fornece publicações às escolas.

Na Bélgica (Comunidade Francófona), são recolhidas estatísticas sobre os resultados dos alunos nos testes e exames, que são analisadas e disponibilizadas às escolas pela Administração Geral de Educação e Pesquisa.

Na Saxónia, a formação de directores sobre o desenvolvimento e a gestão das escolas é organizada pelo Ministério.

Na Dinamarca, o Ministério da Educação iniciou o Programa de Desenvolvimento com vista a estimular a auto-avaliação. Além disso, foi criado, em 1999, o Instituto Dinamarquês de Avaliação, que é uma instituição pública independente sob a direcção do Ministério de Educação. O objectivo geral é monitorizar a qualidade e o desenvolvimento da educação e da formação na Dinamarca.

- As Autoridades Locais de Educação dão apoio a várias regiões anglo-saxónicas. Por exemplo, na Inglaterra e na Escócia, muitas Autoridades Locais de Educação transmitem orientações às suas escolas sobre o modo como iniciar a auto-avaliação. De facto, muitas desenvolveram uma abordagem comum em todas as suas escolas, partilhando um conjunto de medidas organizativas para o planeamento do desenvolvimento das escolas.

- A Inspecção está activamente envolvida em alguns países ou regiões (Inglaterra, Escócia, Irlanda do Norte, França, Holanda e Hessen).

Em Inglaterra, o OFSTED promove a auto-avaliação como chave para o aperfeiçoamento. O OFSTED tem contribuído com:

- publicação do *School Evaluation Matters* (Assuntos da Avaliação da Escola), concebido para ajudar as escolas no desenvolvimento de estratégias de auto-avaliação;
- preparação dos relatórios anuais *Performance and Assessment (PANDA)* para todas as escolas;
- promoção de um pacote nacional de formação de gestores escolares em auto-avaliação: *Ajudar as Escolas a Desenvolver a Auto-Avaliação*. Este curso de formação tem o propósito de ajudar os directores e professores do quadro a desenvolverem as mesmas competências que os inspectores independentes.

Na Escócia, o HMI:

- transmite orientações sobre a utilização do modelo da Inspecção *How good is our school* para efeitos de auto-avaliação;
- editou uma série de publicações com conselhos específicos para as escolas sobre a forma de desenvolver auditorias em aspectos específicos de provisão, no âmbito da matriz dos indicadores de desempenho;
- publicou diversos manuais sobre vários aspectos do processo de auto-avaliação como, por exemplo, um manual sobre o modo de analisar os resultados dos exames no contexto da auto-avaliação. Foi, também, transmitida orientação sobre a análise de dados do sucesso escolar de alunos dos 5 aos 14 anos.

Na Irlanda do Norte, um grupo de trabalho da Inspecção, em consultoria com grupos específicos de directores e representantes do sistema educativo, criou materiais-piloto para as escolas utilizarem na orientação da auto-avaliação.

- Em alguns países ou regiões, os **Serviços de Aconselhamento** ou os **Conselheiros** oferecem apoio substancial. É o caso da Áustria, da Dinamarca e da Holanda.
Na Áustria, os conselheiros com formação especial em desenvolvimento da escola oferecem regularmente formação contínua adequada e seminários, bem como aconselhamento. Também dão assistência às escolas durante o processo de auto-avaliação.
Na Dinamarca, os conselheiros nacionais transmitem orientações sobre a auto-avaliação.
Na Holanda, foi criada uma rede de trabalho que transmite apoio, aconselhamento e orientação. Os centros de aconselhamento desempenham um papel importante nesta rede.
- As **Organizações de Direcção das Escolas** têm um papel importante em alguns países, por exemplo, na Irlanda e na Holanda.
A Gestão da Escola Irlandesa e as Entidades Proprietárias levaram e continuam a levar a cabo, iniciativas locais para apoiar as escolas no projecto educativo de escola e nos processos de auto-avaliação.
Na Holanda, organizações de direcções de escola iniciaram um projecto de qualidade e uma rede de trabalho que suporta este projecto, desenvolvido a pensar no apoio e na orientação das escolas para o desenvolvimento de uma auto-avaliação sistemática.
- **Projectos e redes** relacionados com a auto-avaliação e validação da qualidade estão a ser lançados numa série de países ou regiões. Os líderes dos projectos, os conselheiros e as organizações envolvidos nestas redes/projectos desenvolvem materiais e oferecem apoio a todas as escolas ou às escolas envolvidas no projecto. Este é o caso, a título de exemplo, da Holanda, da Áustria e de Portugal.
- **Sindicatos e organizações de professores** também podem dar apoio. Isto acontece, por exemplo, em Inglaterra e na Áustria.
Em Inglaterra a orientação é dada pelos Sindicatos de Professores.
Algumas organizações de professores austríacas publicam vários documentos para as escolas (exemplo: sobre a informação de retorno).
- **Universidades e institutos de investigação** são mencionados explicitamente por alguns países ou regiões. São exemplos Portugal e a Holanda.
- **Organizações nacionais** desenvolvem e transmitem orientações num determinado número de países ou regiões. São exemplos o QCA (*Qualifications and Curriculum Authority*) em Inglaterra, o grupo CITO (*Association for educational assessment*) e o SLO (*Dutch institute for curriculum development*) na Holanda e o HeLP (*Hessian Institute of In-service Training*) em Hessen, DEL na Dinamarca.
- **Organizações privadas** dão suporte em poucos países ou regiões.
Em Inglaterra, na Escócia e na Irlanda do Norte, organizações privadas tais como *Investors in People* promovem enquadramentos de auto-avaliação e transmitem a orientação necessária para as escolas.
- **Editores educacionais** estão envolvidos no desenvolvimento da orientação em relação à auto-avaliação das escolas na Holanda.

Como se transmite a orientação?

Observando todos os países ou regiões, torna-se claro que o apoio e o aconselhamento são transmitidos através de uma variedade de meios. Organismos nacionais ou regionais e outras organizações contribuem para a implementação do processo de auto-avaliação através de:

- publicação de manuais e de relatórios;
- lançamento de redes de qualidade que fornecem informação, instrumentos e orientação (por vezes através da Internet), como na Holanda (projecto Q5, projecto QPO, projecto KWAP0) e na Áustria (projecto QIS);
- criação de material de auto-avaliação, instrumentos de auto-avaliação, métodos de recolha de provas para a auto-avaliação. Exemplos: Escócia, Inglaterra, Irlanda do Norte, Dinamarca;
- aconselhamento durante a implementação e a realização do processo de auto-avaliação;
- oferta de formação contínua e/ou organização de seminários. Exemplos: Inglaterra, Áustria e Hessen;
- lançamento de projectos. Exemplo: Áustria, Holanda e Portugal;
- apoio à utilização do *amigo crítico*. Exemplo: Portugal.